

Sábado, 18 de Abril de 2026

Max Russi articula apoio jurídico para evitar despejo de mais de 650 famílias em Cuiabá

Residencial Villas das Minas e dos condomínios Lavras do Sul I e II

Redação

Diante da ameaça iminente de despejo que atinge centenas de famílias em Cuiabá, o deputado Max Russi (Podemos), presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), se reuniu na tarde desta segunda-feira (13) com moradores do Residencial Villas das Minas e dos condomínios Lavras do Sul I e II.

A crise foi deflagrada após decisão do juiz Márcio Aparecido Guedes, da Primeira Vara Cível de Cuiabá, que determinou a reintegração de posse em favor da empresa Trunk Gestão Empresarial Ltda. A medida afeta imóveis vinculados à massa falida da Trese Construtora, um imbróglio que se arrasta há quase 30 anos.

Muitos dos moradores ocupam os apartamentos de forma legítima há décadas, tendo inclusive concluído as obras com recursos próprios após a falência da construtora original.

Durante a reunião, o deputado anunciou que a Procuradoria da Assembleia Legislativa ingressará no processo como Amicus Curiae (amigo da corte). O objetivo é oferecer suporte jurídico e técnico para proteger o direito constitucional à moradia e buscar uma saída conciliatória que evite o que chamou de “caos social”.

“A Assembleia estará ao lado de vocês nessa luta. Vamos utilizar dispositivos como a Câmara de Conciliação para buscar uma solução humana e justa. Não podemos permitir que mais de 650 famílias sejam retiradas de seus lares sem ter para onde ir. Isso gera um caos social sem precedentes”, afirmou Max

Além da intervenção direta no processo, o deputado informou que buscará uma agenda com a presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargadora Clarice Claudino da Silva, para apresentar a gravidade do caso e tentar suspender a ordem de despejo, que autoriza, inclusive, o uso de força policial.

Drama das Famílias

Para os moradores, a presença do presidente da ALMT representa um fôlego extra em uma batalha que já dura décadas. José Carlos, síndico do Villas das Minas, ressalta que muitos adquiriram as unidades antes da falência e ficaram desamparados. Sandra Esther, moradora há 14 anos, expressou o sentimento da comunidade: “São pessoas de classe baixa, trabalhadores que estão padecendo. Ver esse apoio aqui, junto com o nosso síndico, nos dá esperança”.

Acompanharam a reunião os procuradores Ricardo Riva e João Gabriel, que darão suporte à estratégia de defesa das famílias. O foco central da ALMT será garantir que a dignidade da pessoa humana prevaleça sobre a disputa patrimonial decorrente do leilão judicial realizado em 2024.

Crédito: Anny Gondim - Assessora de imprensa